



Automedicação e Saúde Pública: Uma Análise Crítica dos Impactos e Desafios Profissionais

*Gustavo Ferraz Vargas¹; Leonardo Henrique Guimarães Reis²; Viviane Amaral Toledo Coelho³;
Ednardo de Souza Nascimento⁴; Lucas Rodrigues de Figueiredo e Souza⁵;
Clemente Marinho dos Santos Neto⁶; Tarcyo Ribeiro dos Reis⁷*

Resumo: A automedicação consiste no uso de medicamentos por iniciativa própria, sem orientação adequada de um profissional de saúde. Embora seja uma prática comum em diversas sociedades, seu uso indiscriminado representa um importante problema de saúde pública. Este estudo teve como objetivo analisar os impactos da automedicação na saúde pública brasileira e discutir o papel do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de artigos científicos, documentos institucionais e legislações relacionadas ao tema. Os resultados evidenciam que a automedicação está associada a diversos riscos à saúde, como reações adversas, interações medicamentosas, atraso no diagnóstico de doenças e aumento da resistência bacteriana. Além disso, fatores como dificuldade de acesso aos serviços de saúde, influência da mídia e facilidade de aquisição de medicamentos contribuem para a disseminação dessa prática. Nesse contexto, destaca-se a importância da atuação do farmacêutico na orientação da população, na promoção do uso racional de medicamentos e na identificação de situações que necessitam de encaminhamento médico. Conclui-se que o enfrentamento da automedicação exige ações integradas, incluindo educação em saúde, fortalecimento da atenção farmacêutica e desenvolvimento de políticas públicas que incentivem o uso seguro e responsável de medicamentos.

Palavras-chave: automedicação; saúde pública; uso racional de medicamentos; farmacêutico.

¹ Graduando em Farmácia pela Universidade Presidente Antônio Carlos, ALFAUNIPAC, Almenara - Minas Gerais. E-mail: gustavofvargas@gmail.com;

² Graduado em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Federal de Ouro Preto; Pós-Graduado em MBA Gestão em Pessoas pela Universidade do Noroeste do Paraná. Docência em Ensino Superior pela Universidade Presidente Antônio Carlos, ALFAUNIPAC, Almenara - Minas Gerais. E-mail: leonardo.almenara@hotmail.com;

³ Bióloga pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; Especialista em Solos e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Lavras; Mestre e Doutora em Ciência do Solo pela Universidade Federal de Lavras. Docência em Ensino Superior pela Universidade Presidente Antônio Carlos, ALFAUNIPAC, Almenara - Minas Gerais. E-mail: vivianeatc@yahoo.com.br;

⁴ Pedagogo e Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES; Docência em Ensino Superior pela Universidade Presidente Antônio Carlos, ALFAUNIPAC, Almenara - Minas Gerais. E-mail: ednardonardim@hotmail.com;

⁵ Graduado em Farmácia - Centro Universitário Newton Paiva. Pós-Graduação - Farmácia Magistral Alopática - Centro Universitário Newton Paiva. Docência em Ensino Superior pela Universidade Presidente Antônio Carlos, ALFAUNIPAC, Almenara - Minas Gerais. E-mail: dsl.almenara@hotmail.com;

⁶ Graduando em Farmácia pela Universidade Presidente Antônio Carlos, ALFAUNIPAC, Almenara - Minas Gerais. E-mail: marinhosantos1975@gmail.com;

⁷ Graduado em Farmácia pela Universidade Presidente Antônio Carlos, ALFAUNIPAC, Almenara - Minas Gerais. E-mail: tarcyoribeiro@gmail.com.

Self-medication and Public Health: A Critical Analysis of the Impacts and Professional Challenges

Abstract: Self-medication refers to the use of medicines without professional guidance, usually based on personal judgment or advice from non-specialized sources. Although this practice is common in many societies, its indiscriminate use represents an important public health concern. This study aimed to analyze the impacts of self-medication on Brazilian public health and to discuss the role of pharmacists in promoting the rational use of medicines. This research is a qualitative bibliographic review based on scientific articles, institutional documents and official regulations related to the subject. The results indicate that self-medication is associated with several health risks, such as adverse drug reactions, drug interactions, delayed diagnosis of diseases and increased bacterial resistance. In addition, factors such as difficulty in accessing healthcare services, media influence and easy access to medicines contribute to the spread of this practice. In this context, pharmacists play a fundamental role in guiding the population, promoting the rational use of medicines and identifying situations that require medical referral. It is concluded that reducing the harms caused by self-medication requires integrated strategies, including health education, strengthening pharmaceutical care and the development of public policies aimed at the safe and responsible use of medicines.

Keywords: self-medication; public health; rational use of medicines; pharmacist.

Introdução

A automedicação pode ser definida como o uso de medicamentos por iniciativa própria ou por orientação de pessoas não habilitadas, sem avaliação adequada de um profissional de saúde. Essa prática é amplamente disseminada em diferentes países e, embora muitas vezes seja vista como uma solução rápida para sintomas considerados simples, pode gerar riscos significativos para a saúde individual e coletiva (Bennadi, 2014; Montastruc; Bagheri; Goulard, 2006).

No campo da saúde pública, a automedicação representa um desafio importante, pois o uso inadequado de medicamentos pode ocasionar reações adversas, intoxicações, interações medicamentosas e mascaramento de doenças que necessitam de diagnóstico e acompanhamento clínico adequado. Além disso, o uso indiscriminado de determinados medicamentos, especialmente antibióticos, contribui para o aumento da resistência bacteriana, considerado um dos principais problemas sanitários da atualidade (Secoli, 2010; WHO, 2023).

No Brasil, diversos fatores contribuem para a disseminação da automedicação, entre eles a dificuldade de acesso a consultas médicas, a demora no atendimento em serviços públicos de saúde, a influência de informações difundidas pela mídia e pela internet, além da facilidade de aquisição de medicamentos em farmácias e estabelecimentos comerciais. Esses elementos

favorecem a construção de uma cultura em que o medicamento é frequentemente percebido como solução imediata para diferentes sintomas (Arrais et al., 2016; Domingues et al., 2015).

Nesse contexto, destaca-se a importância da atuação do farmacêutico como profissional de saúde diretamente envolvido no processo de dispensação e orientação sobre medicamentos. A presença desse profissional nas farmácias pode contribuir para a promoção do uso racional de medicamentos, auxiliando os pacientes na escolha adequada de terapias para sintomas leves e identificando situações que necessitam de encaminhamento médico (CFF, 2013; WHO, 2002).

Diante desse contexto, a automedicação deve ser compreendida como um problema complexo, que envolve não apenas o uso inadequado de medicamentos, mas também fatores sociais, culturais e estruturais relacionados ao acesso e à organização dos serviços de saúde. Assim, torna-se fundamental a adoção de estratégias integradas que promovam o uso racional de medicamentos, incluindo ações de educação em saúde, fortalecimento da atuação profissional e aprimoramento das políticas de regulação sanitária (WHO, 2002; ANVISA, 2012).

O objetivo deste trabalho foi analisar os impactos da automedicação na saúde pública e discutir os desafios da atuação clínica do farmacêutico nesse contexto, incluindo suas atribuições na orientação terapêutica, limitações profissionais e conflitos institucionais relacionados à prescrição farmacêutica.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e fundamentada em revisão bibliográfica. Esse tipo de metodologia foi escolhido por permitir a análise crítica de produções científicas já publicadas, possibilitando compreender o fenômeno da automedicação sob diferentes perspectivas no campo da saúde pública.

Para a construção do referencial teórico, foram consultadas bases de dados científicas como SciELO, PubMed, LILACS e Google Acadêmico. A busca foi realizada utilizando descritores relacionados ao tema, como “automedicação”, “uso racional de medicamentos”, “atenção farmacêutica” e “saúde pública”. Foram selecionados artigos científicos, documentos institucionais, relatórios técnicos e legislações pertinentes à temática abordada.

Como critérios de inclusão, foram considerados estudos publicados preferencialmente nos últimos anos, disponíveis em língua portuguesa ou inglesa e que apresentassem relação

direta com os impactos da automedicação e com a atuação do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos. Foram excluídos trabalhos que não apresentavam relação direta com o tema proposto ou que não possuíam embasamento científico adequado.

Após a seleção das fontes, realizou-se a leitura exploratória e analítica dos materiais, seguida da organização das informações relevantes para a discussão do tema. A análise dos dados foi conduzida de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar os principais fatores associados à prática da automedicação, seus impactos na saúde pública e as contribuições da atuação farmacêutica na prevenção do uso inadequado de medicamentos.

Automedicação na saúde pública

A automedicação é reconhecida como um dos desafios mais relevantes para a saúde pública contemporânea. Essa prática, embora comum, carrega consigo implicações clínicas e sociais que vão muito além do uso pontual de medicamentos sem prescrição. Trata-se de um fenômeno enraizado na cultura brasileira, estimulado por uma combinação de fatores como a busca por soluções rápidas, o acesso facilitado a fármacos e a sobrecarga crônica do sistema de saúde (Arrais et al., 2016; Domingues et al., 2015; OMS, 2019).

Na prática, o ato de tomar medicamentos por conta própria é muitas vezes motivado pela demora no atendimento médico, pela autoconfiança na própria experiência com sintomas repetitivos e pelo marketing agressivo de produtos farmacêuticos. Essa realidade se agrava em regiões onde o acesso à atenção primária é limitado, fazendo com que o balcão da farmácia se torne o primeiro ponto de contato do cidadão com o cuidado em saúde. Embora em determinadas situações o autocuidado seja considerado aceitável, o uso inadequado de medicamentos pode representar riscos importantes à saúde da população. Entre os principais problemas associados à automedicação destacam-se reações adversas, intoxicações, interações medicamentosas e o mascaramento de doenças que necessitam de diagnóstico clínico adequado (Aquino; Barros; Silva, 2010).

O problema, no entanto, reside no fato de que a automedicação frequentemente se baseia em achismos, indicações leigas ou referências obtidas em meios não especializados. Isso pode gerar desde mascaramento de doenças até o agravamento de quadros clínicos que poderiam ter sido resolvidos com intervenções simples. Como por exemplo, o uso indiscriminado de determinados medicamentos, principalmente antibióticos, contribui para o desenvolvimento da resistência bacteriana, considerada atualmente um dos maiores desafios para a saúde pública

mundial. Esse fenômeno compromete a eficácia de tratamentos e dificulta o controle de doenças infecciosas (WHO, 2023).

Portanto, combater a automedicação exige mais do que restringir o acesso aos medicamentos. É necessário compreender o comportamento social que a sustenta e construir estratégias de enfrentamento que incluam educação em saúde, presença profissional e regulamentação efetiva (WHO, 2002; ANVISA, 2012).

Uso Racional de medicamentos e riscos da automedicação

O uso racional de medicamentos, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde, consiste na utilização adequada de medicamentos de acordo com as necessidades clínicas do paciente, na dose correta, por período adequado e com o menor risco possível. Esse conceito é fundamental para garantir a eficácia terapêutica e a segurança do paciente no processo de tratamento (WHO, 2002).

A automedicação, quando realizada de forma inadequada, rompe com os princípios do uso racional de medicamentos, expondo o paciente a diversos riscos. Entre eles destacam-se o uso incorreto de dosagens, a escolha inadequada de medicamentos, a associação indevida entre fármacos e a interrupção precoce de tratamentos. Esses fatores podem comprometer a eficácia terapêutica e contribuir para o agravamento de doenças (Secoli, 2010; Bennadi, 2014).

Além dos riscos individuais, o uso irracional de medicamentos também gera impactos significativos para a saúde pública. O aumento de eventos adversos relacionados a medicamentos resulta em maior número de atendimentos em serviços de urgência e hospitalizações, elevando os custos do sistema de saúde. Ademais, o uso indiscriminado de antibióticos está diretamente relacionado ao desenvolvimento da resistência bacteriana, considerada uma das maiores ameaças à saúde global (OMS, 2019).

Nesse contexto, torna-se essencial a implementação de estratégias voltadas à promoção do uso racional de medicamentos, incluindo ações educativas, regulamentação da dispensação e fortalecimento da atuação dos profissionais de saúde, especialmente do farmacêutico, como agente fundamental na orientação da população (ANVISA, 2012; WHO, 2002).

Atuação Clínica do farmacêutico

Nas últimas décadas, a atuação do farmacêutico passou por uma significativa transformação, deixando de ser centrada exclusivamente na dispensação de medicamentos para

assumir um papel mais clínico e assistencial. Essa mudança está diretamente relacionada às demandas do sistema de saúde e à necessidade de qualificar o cuidado oferecido à população (CFF, 2013; Mendes, 2012).

O farmacêutico exerce papel fundamental na promoção do uso racional de medicamentos, atuando na orientação dos pacientes, na identificação de riscos relacionados à automedicação e no acompanhamento farmacoterapêutico. Sua presença na farmácia comunitária permite que o paciente tenha acesso a informações seguras sobre o uso correto de medicamentos, contribuindo para a prevenção de problemas relacionados ao uso inadequado de fármacos (Secoli, 2010; WHO, 2002).

Além disso, esse profissional desempenha função importante na análise de prescrições médicas, identificando possíveis inconsistências, como erros de dosagem, interações medicamentosas e duplicidade terapêutica. Essa atuação contribui para a segurança do paciente e para a redução de eventos adversos relacionados ao uso de medicamentos (Martins; Vieira, 2021).

A atuação clínica do farmacêutico também inclui ações de educação em saúde, que têm como objetivo conscientizar a população sobre os riscos da automedicação e a importância do uso responsável de medicamentos. Dessa forma, o farmacêutico se consolida como um profissional essencial na promoção da saúde e na prevenção de agravos relacionados ao uso inadequado de medicamentos (WHO, 2002; ANVISA, 2012).

Prescrições farmacêuticas e conflitos institucionais

A prescrição farmacêutica tem sido discutida como uma estratégia para ampliar o acesso aos serviços de saúde e fortalecer a atuação clínica do farmacêutico. Em diversos países, farmacêuticos possuem autorização para prescrever medicamentos em situações específicas, especialmente em condições de baixa complexidade, seguindo protocolos clínicos estabelecidos (CFF, 2013).

Esse modelo de atuação tem demonstrado resultados positivos, como a melhoria do acesso ao tratamento, a redução da sobrecarga dos serviços médicos e o aumento da resolutividade da atenção primária. A atuação do farmacêutico nesses contextos ocorre de forma complementar à do médico, contribuindo para um cuidado mais integrado e eficiente (Mendes, 2012).

No Brasil, a discussão sobre a prescrição farmacêutica envolve conflitos institucionais entre diferentes categorias profissionais. Enquanto há evidências que sustentam a segurança da atuação farmacêutica em contextos controlados, existem resistências relacionadas à ampliação de suas atribuições clínicas, especialmente no que se refere à prescrição de medicamentos (Lopes; Melo, 2023)..

Essas disputas refletem a necessidade de avançar na construção de modelos colaborativos de cuidado em saúde, nos quais diferentes profissionais atuem de forma integrada, priorizando a segurança do paciente e a qualidade da assistência (WHO, 2002).

Prescrição Farmacêutica e Resolução CFF N°05/2025

A Resolução CFF nº 05/2025 marcou um avanço significativo no reconhecimento da autonomia clínica do farmacêutico no Brasil. Essa normativa autorizou a prescrição de medicamentos para condições de baixa complexidade, especialmente aqueles isentos de prescrição médica, desde que respaldados por protocolos técnicos e critérios bem definidos (CFF 05/2025).

A prescrição farmacêutica tem sido discutida como estratégia para ampliar o acesso da população aos serviços de saúde e fortalecer a atuação clínica do farmacêutico. Em diversos países, farmacêuticos possuem autorização para prescrever medicamentos para determinadas condições clínicas de baixa complexidade. Esse modelo tem demonstrado resultados positivos, como a melhoria do acesso da população ao tratamento e a redução da sobrecarga nos serviços médicos. A atuação do farmacêutico nesses casos ocorre por meio de protocolos clínicos previamente estabelecidos, garantindo segurança e qualidade no atendimento. No Brasil, o debate sobre a prescrição farmacêutica envolve diferentes posicionamentos institucionais e profissionais, refletindo a necessidade de ampliar a discussão sobre modelos colaborativos de cuidado em saúde (CFF 05/2025; CFF 586/2013).

Entretanto, sua suspensão recente representou um retrocesso. Influenciada por pressões de conselhos de outras categorias, como o Conselho Federal de Medicina (CFM), essa decisão desconsidera evidências de que o farmacêutico pode, sim, prescrever com responsabilidade e segurança quando devidamente capacitado. A suspensão não apenas limita o alcance do cuidado, como enfraquece a confiança da população em um modelo de saúde mais colaborativo (Lopes; Melo, 2023).

Panorama brasileiro e experiências internacionais

No Brasil, a automedicação é uma prática amplamente difundida e está relacionada a fatores como dificuldade de acesso aos serviços de saúde, demora no atendimento, influência da mídia e facilidade de aquisição de medicamentos. Esse cenário evidencia fragilidades estruturais do sistema de saúde e reforça a necessidade de intervenções voltadas à promoção do uso racional de medicamentos (Arrais et al., 2016; Tavares et al., 2017).

A farmácia comunitária desempenha papel estratégico nesse contexto, sendo frequentemente o primeiro ponto de contato da população com o sistema de saúde. A presença do farmacêutico nesse ambiente é fundamental para orientar o uso adequado de medicamentos e identificar situações que necessitam de encaminhamento médico (ANVISA, 2012).

Em contraste, países como Reino Unido, Canadá e Austrália já possuem modelos consolidados de atuação clínica do farmacêutico, incluindo a prescrição de medicamentos em situações específicas. Esses modelos têm contribuído para melhorar o acesso ao tratamento, reduzir a automedicação inadequada e aumentar a eficiência dos sistemas de saúde (MENDES, 2012).

A comparação entre o cenário brasileiro e os modelos internacionais evidencia a necessidade de avançar na valorização da atuação farmacêutica e na implementação de estratégias que fortaleçam o cuidado integrado em saúde (WHO, 2002).

Resultados e Discussão

Tabela 1 – Artigos utilizados na presente Revisão Integrativa.

1	AQUINO, D. S.; BARROS, J. A. C.; SILVA, M. D. P. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. Ciência & Saúde Coletiva , Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2533–2538, 2010.
2	ARRAIS, P. S. D. et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. Revista de Saúde Pública , São Paulo, v. 50, supl. 2, p. 13s, 2016.
3	BENNADI, D. Self-medication: a current challenge. Journal of Basic and Clinical Pharmacy , v. 5, n. 1, p. 19–23, 2014. BRASIL.
4	DOMINGUES, P. H. F. et al. Prevalência da automedicação na população adulta brasileira: análise da PNAUM. Revista de Saúde Pública , São Paulo, v. 49, p. 94, 2015.
5	LOPES, R. M.; MELO, A. A. Prescrição farmacêutica e os desafios da regulamentação profissional. Revista de Bioética e Saúde , Porto Alegre, v. 10, n. 4, p. 311–318, 2023.
6	MARTINS, E. F.; VIEIRA, A. M. Contribuições da atenção farmacêutica para o uso racional de medicamentos. Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar , São Paulo, v. 13, n. 1, p. 15–21, 2021.
7	MENDES, E. V. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde , 2012.
8	MENDES, E. V. O Cuidado das Condições Crônicas na Atenção Primária à Saúde: O Imperativo da Consolidação da Estratégia da Saúde da Família. Biblioteca Virtual em Saúde , Brasília – DF, 2012.

9	MONTASTRUC, J. L.; BAGHERI, H.; GOULARD, P. Self-medication: potential risks and benefits. Therapie , v. 61, n. 2, p. 125–130, 2006.
10	SECOLI, S. R. Polifarmácia: interações e reações adversas no uso de medicamentos. Revista Brasileira de Enfermagem , Brasília, v. 63, n. 1, p. 136–140, 2010.
11	TAVARES, N. U. L. et al. Uso de medicamentos pela população brasileira: resultados da PNAUM. Revista de Saúde Pública , São Paulo, v. 51, supl. 1, p. 4s, 2017.

Fonte: dados do estudo, 2026.

A análise dos estudos selecionados evidencia que a automedicação é uma prática amplamente disseminada no Brasil, estando diretamente associada a fatores estruturais do sistema de saúde, como a dificuldade de acesso a consultas médicas, a demora no atendimento e a facilidade de aquisição de medicamentos. Dados da Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (PNAUM) demonstram alta prevalência dessa prática na população brasileira, reforçando seu caráter de problema de saúde pública (Domingues et al., 2015; Tavares et al., 2017).

Além dos fatores estruturais, aspectos culturais e comportamentais também contribuem significativamente para a automedicação. A busca por soluções rápidas, a influência da mídia e a confiança em experiências anteriores favorecem o uso de medicamentos sem orientação profissional. Esse cenário evidencia que a automedicação não é apenas uma escolha individual, mas um fenômeno social complexo que exige abordagens mais amplas de intervenção (Aquino; Barros, 2010).

Os riscos associados à automedicação são amplamente documentados na literatura. Entre os principais problemas estão as reações adversas, interações medicamentosas, intoxicações e o mascaramento de doenças. Em pacientes que utilizam múltiplos medicamentos, esses riscos tornam-se ainda mais relevantes, aumentando a probabilidade de complicações clínicas (Secoli, 2010; Bennadi, 2014).

Outro aspecto crítico refere-se ao uso inadequado de antibióticos, que contribui diretamente para o desenvolvimento da resistência bacteriana. A Organização Mundial da Saúde aponta esse fenômeno como uma das maiores ameaças à saúde global, comprometendo a eficácia dos tratamentos e aumentando a mortalidade associada a infecções (WHO, 2023).

Nesse contexto, a atuação do farmacêutico surge como um elemento estratégico para a redução dos impactos da automedicação. A presença desse profissional na farmácia comunitária permite a orientação adequada dos pacientes, contribuindo para o uso racional de medicamentos e para a identificação de situações que necessitam de encaminhamento médico (CFF, 2013).

Experiências internacionais demonstram que a ampliação da atuação clínica do farmacêutico, incluindo a prescrição de medicamentos em condições de baixa complexidade, pode contribuir para melhorar o acesso aos serviços de saúde e reduzir a sobrecarga dos sistemas médicos. Esses modelos evidenciam a importância de um cuidado integrado e colaborativo entre diferentes profissionais (Mendes, 2012).

Entretanto, no Brasil, a consolidação desse modelo ainda enfrenta desafios, especialmente relacionados a conflitos institucionais e à delimitação das atribuições profissionais. Esse cenário reforça a necessidade de avanços na regulamentação e na valorização da atuação farmacêutica como estratégia para fortalecimento do sistema de saúde (Lopes; Melo, 2023).

Dessa forma, os resultados analisados indicam que a automedicação deve ser compreendida como um problema multifatorial, que envolve aspectos sociais, estruturais e culturais. O enfrentamento desse fenômeno exige ações integradas, incluindo educação em saúde, fortalecimento da atenção farmacêutica e desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao uso racional de medicamentos.

Considerações Finais

A automedicação configura-se como um importante problema de saúde pública, estando associada a riscos significativos para a segurança do paciente e para a sustentabilidade dos sistemas de saúde. Sua prática é influenciada por fatores estruturais, culturais e comportamentais, o que evidencia a complexidade do fenômeno e a necessidade de abordagens mais abrangentes para seu enfrentamento.

Nesse contexto, destaca-se o papel do farmacêutico como profissional fundamental na promoção do uso racional de medicamentos. Sua atuação na orientação dos pacientes, na prevenção de problemas relacionados ao uso inadequado de fármacos e na identificação de situações que necessitam de encaminhamento médico contribui diretamente para a melhoria da qualidade da assistência em saúde.

Por fim, conclui-se que a redução dos impactos da automedicação depende da implementação de estratégias integradas, incluindo ações de educação em saúde, fortalecimento das políticas públicas e valorização da atuação farmacêutica. Além disso, novos estudos são necessários para aprofundar a compreensão desse fenômeno e subsidiar a construção de intervenções mais eficazes no contexto da saúde pública.

Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Uso racional de medicamentos: temas selecionados**. Brasília: ANVISA, 2012.
- AQUINO, D. S.; BARROS, J. A. C.; SILVA, M. D. P. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2533–2538, 2010.
- ARRAIS, P. S. D. et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 50, supl. 2, p. 13s, 2016.
- BENNADI, D. Self-medication: a current challenge. **Journal of Basic and Clinical Pharmacy**, v. 5, n. 1, p. 19–23, 2014. BRASIL.
- CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Resolução CFF nº 05, de 08 de janeiro de 2025**. Dispõe sobre a prescrição farmacêutica no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Medicamentos. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2001.
- CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). **Resolução nº 586, de 29 de agosto de 2013**. Regula a prescrição farmacêutica.
- DOMINGUES, P. H. F. et al. Prevalência da automedicação na população adulta brasileira: análise da PNAUM. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 49, p. 94, 2015.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: **Atlas**, 2019.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LOPES, R. M.; MELO, A. A. Prescrição farmacêutica e os desafios da regulamentação profissional. **Revista de Bioética e Saúde**, Porto Alegre, v. 10, n. 4, p. 311–318, 2023.
- MARTINS, E. F.; VIEIRA, A. M. Contribuições da atenção farmacêutica para o uso racional de medicamentos. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 15–21, 2021.
- MENDES, E. V. **O Cuidado das Condições Crônicas na Atenção Primária à Saúde: O Imperativo da Consolidação da Estratégia da Saúde da Família**. Biblioteca Virtual em Saúde, Brasília – DF, 2012.
- MONTASTRUC, J. L.; BAGHERI, H.; GOULARD, P. Self-medication: potential risks and benefits. **Therapie**, v. 61, n. 2, p. 125–130, 2006.
- SECOLI, S. R. Polifarmácia: interações e reações adversas no uso de medicamentos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 63, n. 1, p. 136–140, 2010.

TAVARES, N. U. L. et al. Uso de medicamentos pela população brasileira: resultados da PNAUM. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, supl. 1, p. 4s, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global antimicrobial resistance and use surveillance system report**. Geneva: WHO, 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Promoting rational use of medicines: core components**. Geneva: WHO, 2002.

●

Recebido: 04/05/2026; Aceito: 09/05/2026; Publicado: 31/07/2026